

[Revogada pela Lei nº 7.991, de 4 de dezembro de 2025](#)

~~LEI Nº 3.419, DE 15 DE JANEIRO DE 2001.~~

[Redação original](#)

[Texto compilado](#)

~~Dispõe sobre as normas municipais relativas aos portadores de deficiência. [\(Redação original\)](#)~~

~~Dispõe sobre as normas municipais relativas às pessoas com deficiência. (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 7.202, de 06/01/2023.\)](#)~~

~~A Câmara Municipal de Betim, por seus representantes legais, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:~~

## ~~CAPÍTULO I~~

### ~~DISPOSIÇÕES PRELIMINARES~~

~~Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as normas municipais relativas aos portadores de deficiência às pessoas com deficiência.~~

~~Parágrafo Único. Consideram-se portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) aqueles que apresentam perda ou anormalidade de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano.~~

~~Art. 2º O Dia Municipal dos Portadores de Deficiência é comemorado anualmente em 11 de outubro. [\(Redação original\)](#)~~

~~Art. 2º O Dia Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência será comemorado anualmente no dia 21 de setembro. (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 5.425, de 30/11/2012.\)](#)~~

~~Parágrafo Único. O Executivo deve promover, na data referida no **caput**, atividades que contribuam para a reflexão sobre a condição dos portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) das pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023.\)](#) na sociedade e que possam subsidiar a elaboração de políticas de governo.~~

## ~~CAPÍTULO II~~

### ~~DO SISTEMA BRAILLE~~

~~Art. 3º O Poder Executivo reconhece oficialmente a escrita em alto relevo sistema Braille como meio de expressão escrita de uso corrente no Município.~~

~~§ 1º Ficam os hotéis, os restaurantes, as lanchonetes, os bares e os similares obrigados a fornecer cardápio em Braille aos clientes portadores de deficiência ([Redação original](#)) com deficiência visual. ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#))~~

~~§ 2º Devem ser instaladas nas esquinas dos logradouros públicos, a, no máximo, 1,40m (um metro e quarenta centímetros) de altura, placas indicativas do nome das vias e do bairro a que pertençam, com caracteres em Braille.~~

### ~~CAPITULO III~~

### ~~DA EDUCAÇÃO~~

~~Art. 4º Deve ser adotado sistema especial de ensino nas escolas da rede pública municipal, objetivando a plena integração e o atendimento adequado a portadores de deficiência ([Redação original](#)) pessoa com deficiência. ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#).)~~

~~§ 1º O sistema especial de ensino deve abranger a educação infantil e o ensino fundamental.~~

~~§ 2º As escolas devem reciclar seu corpo docente e seus servidores, preparando-os para o cumprimento do disposto neste artigo.~~

~~§ 3º Dentre os oferecidos, deve haver cursos permanentes de pedreiro, pintor de parede, jardineiro, bombeiro, eletricista, marceneiro, serralheiro, cabeleireiro, digitador e manicure.~~

~~§ 4º Os cursos devem ser formulados e aplicados com a participação das Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Social, bem como da Coordenadoria de Apoio e Assistência às Pessoas Portadoras de Deficiência CAAPD ([Redação original](#)) pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) CAAPCD.~~

~~§ 5º As atividades práticas dos cursos devem ser direcionadas à produção, à reforma e à manutenção de:~~

~~I mobiliário escolar;~~

~~II escolas, postos de saúde, hospitais, creches e outros prédios públicos;~~

~~III áreas públicas.~~

~~§ 6º Compete à Secretaria Municipal de Educação:~~

~~I instalar e manter as oficinas;~~

~~II elaborar o projeto pedagógico das oficinas, garantindo supervisão, orientação e acompanhamento de sua execução pela equipe técnico pedagógica;~~

~~III realizar os processos de seleção e orientação profissional, após divulgação dos cursos a serem ofertados;~~

~~IV providenciar o fornecimento de merenda escolar aos alunos das oficinas;~~

~~V— realizar contínuas avaliações dos alunos portadores de deficiência ([Redação original](#)) com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) objetivando sua capacitação profissional;~~

~~VI— articular-se com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, visando ao encaminhamento dos alunos profissionalmente capacitados;~~

~~VII— fazer parcerias com entidades públicas e privadas visando à realização dos objetivos estabelecidos neste artigo.~~

~~§ 7º— Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:~~

~~I— colaborar com a Secretaria Municipal de Educação na instalação das oficinas;~~

~~II— encaminhar ao mercado de trabalho, por meio de programa específico, os portadores de deficiência ([Redação original](#)) as pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) habilitadas pelos cursos profissionalizantes.~~

~~§ 8º— Os órgãos e as entidades da administração municipal devem colaborar na montagem e na manutenção das oficinas, inclusive mediante cessão de servidores.~~

~~§ 9º— A CAAPD ([Redação original](#)) CAAPCD ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) auxiliará as Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Social nas atividades elencadas nos parágrafos 6º e 7º, bem como disponibilizará equipamentos que facilitem as atividades dos portadores de deficiência ([Redação original](#)) das pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)).~~

~~Art. 5º— Ficam garantidas vagas para os portadores de deficiência ([Redação original](#)) as pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) nas escolas da rede municipal e nas particulares conveniadas ou credenciadas.~~

~~Parágrafo Único. Fica assegurado aos portadores de deficiência ([Redação original](#)) às pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) que tenham dificuldade de locomoção o direito de matricular-se na escola pública municipal mais próxima de sua residência.~~

~~Art. 6º— Os portadores de deficiência ([Redação original](#)) As pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) têm direito ao atendimento pelo Programa Bolsa-Escola e ao Passe-Escolar.~~

#### CAPÍTULO IV

#### DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

~~Art. 7º— Fica autorizada a instalação, em cada administração regional, de oficina pública para formação profissional do portador de deficiência ([Redação original](#)) das pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)).~~

~~§ 1º— O ingresso nas oficinas deve ser feito mediante teste de aptidão profissional e orientação vocacional.~~

~~§ 2º— As oficinas devem contar com equipes multidisciplinares, formadas nos quadros funcionais do Poder Executivo.~~

~~§ 3º— O Poder Executivo, conforme sua política pedagógica, pode reservar escolas para atendimento preferencial ou exclusiva, conforme disposto no **caput**.~~

~~§ 4º — O sistema previsto no caput deve estar à disposição em todas as regiões administrativas do município.~~

~~§ 5º — As escolas devem ser dotadas de infra-estrutura física e equipamentos adequados.~~

## **CAPÍTULO V**

### **DA LOCOMOÇÃO, DO TRANSPORTE E DA ACOMODAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA [\(Redação original\)](#) DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#)**

~~Art. 8º — Devem ser construídas rampas de acesso às calçadas ao longo de sua linha de conexão com as faixas de pedestres.~~

~~Art. 9º — É obrigatória, nos edifícios privados e nas edificações destinadas ao uso comercial e de serviços, a instalação de rampas de acesso e sanitários adaptados que possibilitem o acesso de portadores de deficiência.~~

~~§ 1º — Caso não possuam elevador, devem os edifícios referidos no caput ser dotados de rampas de acesso a todos os pavimentos, com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);~~

~~§ 2º — Nas escolas públicas, as rampas devem ser dotadas de corrimãos. [\(Redação original\)](#)~~

~~Art. 9º — Os edifícios a serem construídos no município deverão atender a diferentes exigências em relação à acessibilidade, que estão definidas abaixo de acordo com o uso a que se destinam.~~

~~§ 1º — Os órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, as entidades educacionais, religiosas, culturais, os órgãos de classe, órgãos assistenciais, entidades desportivas, postos e centros de saúde, clínicas médicas, hospitais e outros afins deverão atender aos seguintes itens:~~

~~I — nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres devidamente sinalizadas, para veículos que transportem portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) com dificuldade de locomoção permanente;~~

~~II — pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoa com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) ou com mobilidade reduzida;~~

~~III — pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá ser completamente acessível através de rampa, plataforma ou elevador, sendo esses dimensionados através das normas específicas da ABNT;~~

~~IV — os edifícios deverão possuir em cada pavimento, pelo menos um sanitário adaptado para portador de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoa com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#), dimensionado através de norma específica da ABNT;~~

~~V — nos locais destinados a espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão existir espaços reservados para pessoas que utilizam cadeiras de rodas e lugares específicos~~

~~para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.~~

~~§ 2º Os edifícios de uso residencial multifamiliar e os de uso comercial e de serviços e outros afins em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:~~

~~I — percurso acessível que una todas as unidades com o exterior e com as dependências de uso comum e, sempre que a circulação vertical atingir desnível superior a 10,00 metros do piso térreo (hall de entrada) deverá ser prevista a existência de elevador, sendo que este desnível será calculado até o piso do último pavimento;~~

~~II — percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum;~~

~~III — cabine de elevador e respectiva porta de entrada acessível para pessoas portadoras de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) ou com mobilidade reduzida.~~

~~§ 3º As edificações já construídas quando submetidas à mudança de uso, deverão se adequar às exigências mínimas estabelecidas nesta Lei. (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 3.858, de 14/10/2003.\)](#)~~

~~Art. 10. A declividade máxima das rampas previstas no caput dos artigos anteriores é de 15% (quinze por cento) sobre o plano horizontal. [\(Redação original\)](#)~~

~~Art. 10. A concessão de alvará de construção está condicionada ao atendimento ao artigo anterior. (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 3.858, de 14/10/2003.\)](#)~~

~~Art. 11. Devem os elevadores possuir os seguintes dispositivos:~~

~~I — painel em braille e em altura adequada a usuários de cadeiras de rodas;~~

~~II — som para anunciar o andar.~~

~~Parágrafo Único. a liberação do alvará de construção e da Certidão de Baixa e Habite-se de prédios comerciais e residenciais deve levar em conta a necessidade de acesso de portadores de deficiência. [\(Redação original\)](#)~~

~~Art. 11. Os elevadores devem possuir painel em Braille e em altura adequada aos usuários de cadeiras de rodas. (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 3.858, de 14/10/2003.\)](#)~~

~~Art. 12. As casas de espetáculo, os cinemas, os teatros e os estabelecimentos similares devem reservar 2% (dois por cento) de sua capacidade de lotação para portadores de deficiência física, em espaço com piso rebaixado para encaixe de cadeira de rodas, distribuído em vários pontos.~~

~~§ 1º A concessão de Alvará de Localização e Funcionamento de Atividades para os estabelecimentos descritos neste artigo fica condicionada ao cumprimento do disposto no **caput**.~~

~~§ 2º Os estabelecimentos que possuam Alvará de Localização e Funcionamento de Atividades, quando da entrada em vigor desta Lei, ficam obrigados ao seu cumprimento para renovação do Alvará. [\(Redação original\)](#)~~

~~Art. 12. As casas de espetáculos, os cinemas, os teatros e os estabelecimentos similares devem reservar 2% (dois por cento) da sua capacidade de lotação para portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) física, em espaço compatível com o estabelecido na norma de acessibilidade da ABNT.~~

~~§ 1º A concessão de alvará de localização e de funcionamento de atividades para os estabelecimentos descritos neste artigo fica condicionada ao cumprimento do disposto no **caput**.~~

~~§ 2º Os estabelecimentos que possuam alvará de localização e funcionamento de atividades, quando da entrada em vigor desta Lei, ficam obrigados ao seu cumprimento para renovação do alvará. (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 3.858, de 14/10/2003.\)](#)~~

~~Art. 13. Ficam os estabelecimentos destinados à promoção de eventos relacionados à diversão pública obrigados além do cumprimento do disposto no artigo anterior a instalar, de acordo com orientação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:~~

~~I rampas especiais de acesso;~~

~~II banheiros com barra de apoio de 0,80 m (oitenta centímetros) de largura;~~

~~III bebedouros e pias com 0,90m (noventa centímetros) de altura;~~

~~IV placas indicativas de instalação. [\(Redação original\)](#)~~

~~Art. 13. Ficam os estabelecimentos destinados à promoção de eventos relacionados a diversão pública obrigados, além do cumprimento do disposto no artigo anterior, a instalar, de acordo com norma de acessibilidade da ABNT, os seguintes itens:~~

~~I rampas especiais de acesso;~~

~~II sanitário adaptado para uso de portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) em número e dimensões suficientes;~~

~~III bebedouro adaptado para uso de portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) em número e dimensões suficientes;~~

~~IV formas de comunicação e sinalização visual, tátil e auditiva. (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 3.858, de 14/10/2003.\)](#)~~

~~Art. 14. Os palanques utilizados pelo Executivo em cerimônias ou comemorações públicas devem ser dotados de rampas de acesso com corrimão, construídas com observância dos padrões de segurança.~~

~~Art. 15. Devem ser adotados os seguintes métodos visando a facilitar o acesso de portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) aos veículos de transporte coletivo do Município:~~

~~I instalação de elevadores hidráulicos;~~

~~II alargamento das portas;~~

~~III eliminação de obstáculos internos;~~

~~IV—utilização de qualquer das portas para embarque e desembarque;~~

~~V—reserva de lugares.~~

~~§ 1º Os pontos de coletivos devem ser dotados de rampas e degraus que possibilitem o acesso dos portadores de deficiência ([Redação original](#)) das pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) aos veículos.~~

~~§ 2º Os elevadores hidráulicos devem possuir as seguintes características:~~

~~I—largura adequada ao acesso, inclusive em cadeiras de rodas, de acordo com as especificações técnicas do órgão federal competente, aprovadas pelas entidades representativas dos portadores de deficiência ([Redação original](#)) das pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#));~~

~~II—plataforma com piso antiderrapante e equipamentos de segurança;~~

~~III—sistema de acionamento controlado pelo motorista ou pelo cobrador.~~

~~§ 3º Os ônibus devem possuir espaço interno suficiente para, no mínimo, 2 (duas) cadeiras de rodas e respectivos equipamentos de fixação.~~

~~§ 4º Somente podem circular no Município veículos de transporte coletivo que atendam o disposto neste artigo.~~

~~Art. 16. Fica instituída, aos portadores de deficiência ([Redação original](#)) às pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) carentes, a gratuidade nos serviços de transporte coletivo de passageiro por ônibus do Município.~~

~~§ 1º As categorias beneficiadas, a condição sócio econômica dos beneficiados e a extensão do benefício ao acompanhante serão definidos pelo Executivo a partir de estudos e critérios elaborados por comissão técnica.~~

~~§ 2º A comissão técnica referida no **caput** será constituída pelo Executivo, com a participação dos seguintes órgãos e entidades:~~

~~I—Conselho Municipal de Pessoa Portadora de Deficiência de Betim-CMPPDB; ([Redação original](#))~~

~~I—Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência-CMDPCD; ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#))~~

~~II—Coordenadoria de Apoio e Assistência às Pessoas Portadoras de Deficiência-CAAPD ([Redação original](#)) com Deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) CAAPCD;~~

~~III—Secretaria Municipal de Educação;~~

~~IV—Secretaria Municipal de Saúde;~~

~~V—Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;~~

~~VI—TRANSBETIM;~~

~~VII—Câmara Municipal;~~



~~VIII—Representante de entidade que priorize o atendimento à~~

~~IX—Pessoa Portadora de Deficiência. [\(Redação original\)](#)~~

~~IX—Pessoa com Deficiência. [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#)~~

~~Art. 17. As gratuidades estabelecidas por esta Lei serão custeadas pelos usuários pagantes dos serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus do Município, por meio da Câmara de Compensação Tarifária.~~

~~Art. 18. Caberá ao órgão ou entidade gerenciadora do transporte público no Município à implementação de todos os atos necessários à implementação das gratuidades previstas nesta Lei.~~

~~Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder passe escolar a crianças carentes portadoras de deficiência [\(Redação original\)](#) com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) matriculadas em escolas especializadas e em instituições de reabilitação.~~

~~§ 1º O benefício pode ser estendido aos acompanhantes, desde que comprovada sua necessidade.~~

~~§ 2º O custeio do passe pode ser feito da seguinte forma:~~

~~I—transferência às entidades sociais diretamente vinculadas ao Município;~~

~~II—recebimento de doação em espécie;~~

~~III—pela câmara de compensação tarifária.~~

~~§ 3º Os beneficiados receberão o passe escolar após serem requeridos no princípio do ano, mediante apresentação de atestado médico e de comprovante de matrícula em escola especializada ou em instituições de reabilitação.~~

## CAPÍTULO VI

~~DO CONSELHO MUNICIPAL DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA [\(Redação original\)](#)~~

~~DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA—CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#)~~

~~Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Pessoas Portadoras de Deficiência—CMPPD—[\(Redação original\)](#) Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência—CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, 06/01/2023\)](#) em caráter permanente e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.~~

~~Parágrafo Único. O CMPPD [\(Redação original\)](#) CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) funciona como órgão deliberativo, controlador e fiscalizador da política de atendimento aos portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) às pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) no Município.~~

~~Art. 21. O atendimento aos portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) às pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) é feito por meio de:~~



~~I — programas para avaliar, fiscalizar, propor e acompanhar o repasse e a aplicação dos recursos oriundos da iniciativa pública ou privada;~~

~~II — programa para implementar juntamente com as secretarias municipais a execução de diretrizes básicas da política municipal voltada para os portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) as pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#), de acordo com as leis orgânicas do Município de Betim e de Assistência Social e as conclusões extraídas de seminários específicos;~~

~~III — programas e serviços sociais básicos de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outros que assegurem o desenvolvimento físico, mental, social e psicológico dos portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) das pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#);~~

~~IV — campanhas informando a população acerca dos direitos assegurados aos portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) às pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#).~~

Art. 22. OCMPPD [\(Redação original\)](#) O CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) é composto por 12 (doze) conselheiros, municipais-

~~I — I (um) representante de cada uma das seguintes secretarias~~

~~a) de Desenvolvimento Social;~~

~~b) de Saúde;~~

~~c) de Educação;~~

~~d) de Esporte.~~

~~II — I (um) representante da TRANSBETIM;~~

~~III — I (um) representante da Câmara Municipal de Betim;~~

~~IV — 6 (seis) representantes de entidades não governamentais; sendo:~~

~~a) I (um) de entidades de portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) auditiva;~~

~~b) I (um) de entidades de portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) visual;~~

~~c) I (um) de entidades de deficiência mental ou psicológica;~~

~~d) I (um) de associações de pais de portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) mental ou psicológica;~~

~~e) I (um) de entidades prestadoras de serviços na área de habitação e reabilitação dos portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) das pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#);~~

~~f) I (um) de profissionais especializados na habilitação e na reabilitação dos portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) das pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#).~~

~~§ 1º Os representantes das secretarias municipais são indicados pelo Executivo, dentre servidores com poder de decisão.~~

~~§ 2º O representante da Câmara Municipal é indicado por seu presidente.~~

~~§ 3º Os representantes das entidades não governamentais são eleitos em assembleias setoriais realizadas bianualmente.~~

~~§ 4º Os representantes previstos no parágrafo anterior são eleitos por entidades existentes há pelo menos 2 (dois) anos na data da eleição.~~

~~§ 5º A assembleia setorial é convocada pelo CMPPD [\(Redação original\)](#) CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) no prazo mínimo de 30 (trinta) dias anteriores à posse dos conselheiros eleitos, por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado e em pelo menos 1 (um) jornal de grande circulação.~~

~~§ 6º Entende-se por setorial a reunião de pessoas e entidades que atuem especificamente em um tipo de deficiência.~~

~~§ 7º Deve ser eleito um suplente para cada conselheiro, observados o mesmo procedimento e as mesmas exigências.~~

~~§ 8º O mandato dos conselheiros é de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução subsequente.~~

~~§ 9º O exercício da função de conselheiro do CMPPD [\(Redação original\)](#) CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) é considerado de interesse público relevante e não é remunerado.~~

~~§ 10. A nomeação e a posse dos conselheiros ocorrem no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da eleição ou da indicação.~~

~~§ 11. O processo eleitoral é o definido no estatuto do CMPPD [\(Redação original\)](#) CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#).~~

~~Art. 23. O CMPPD [\(Redação original\)](#) CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) pode celebrar convênio e convidar representantes de entidades e de órgãos públicos, autoridades, cientistas e técnicos para colaborarem em estudos e participarem de comissões instituídas pelo Conselho e por este coordenadas.~~

~~Art. 24. A organização e o funcionamento do CMPPD [\(Redação original\)](#) CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) são disciplinados em seu estatuto, que deve ser elaborado no prazo máximo de 15 (quinze) dias da nomeação de seus membros.~~

~~Art. 25. Compete ao CMPPD [\(Redação original\)](#) CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#):~~

~~I— definir diretrizes e prioridades da política municipal relativa à portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoa com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#);~~

~~II— exercer o controle e a fiscalização da execução da política municipal de atendimento ao portador de deficiência [\(Redação original\)](#) à pessoa com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#);~~

~~III— convocar a assembleia de escolha dos representantes das entidades não governamentais quando ocorrer vacância de conselheiro titular ou suplente, ou no final do mandato dirigindo os trabalhos eleitorais;~~

~~IV— solicitar ao Executivo a indicação de conselheiro titular e suplente, quando ocorrer vacância de representante das secretarias municipais;~~

~~V— opinar sobre:~~

~~a) elaboração do orçamento municipal no que diz respeito a consecução dos objetivos explicitados neste Capítulo;~~

~~b) a destinação de recursos e espaços públicos reservados aos portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) às pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#);~~

~~c) a programação cultural, esportiva e de lazer voltada para os portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) as pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#).~~

~~Art. 26.— As deliberações do CMPPD [\(Redação original\)](#) CMDPCD [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) produzem efeito a partir da publicação das resoluções correspondentes no Diário Oficial do Estado.~~

## CAPITULO VII

### DAS PRIORIDADES DE ACESSO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA [\(Redação original\)](#)

#### DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA [\(Lei nº 7.202, DE 06/01/2023\)](#)

~~Art. 27— Os portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) As pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) têm direito a atendimento prioritário:~~

~~I— nos órgãos da administração municipal, quando for feito por ordem de chegada;~~

~~II— nos estabelecimentos comerciais, nos de serviços e nos similares do Município.~~

~~Parágrafo Único.— Não se aplica o disposto no inciso I aos casos em que haja limitação do número de pessoas a serem atendidas.~~

~~Art. 28.— Fica autorizado o estacionamento de veículos que estejam transportando portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) em frente a qualquer estabelecimento de ensino situado no Município, pelo tempo que se fizer necessário para o embarque e o desembarque e para a montagem e a desmontagem dos equipamentos de locomoção.~~

~~§ 1º— Durante o tempo em que estiverem estacionados, deve a sinalização de emergência dos veículos estar acionada.~~

~~§ 2º— A confecção das placas de sinalização e sua colocação em frente aos estabelecimentos mencionados no **caput** são de responsabilidade do órgão municipal competente e correrão por conta da dotação orçamentária própria.~~

~~§ 3º No caso de estabelecimentos particulares, é dos proprietários a responsabilidade prevista no parágrafo anterior.~~

## CAPÍTULO VIII

### DO SERVIÇO PÚBLICO

~~Art. 29. Ficam reservados aos portadores de deficiência 5% (cinco por cento) dos cargos e dos empregos públicos de provimento efetivo do quadro de pessoal das administrações direta e indireta do Município, devendo tal reserva constar nos editais de Concursos Públicos. [\(Redação original\)](#)~~

~~Art. 29. Ficam reservadas às pessoas com deficiência 10% (dez por cento) dos cargos e dos empregos públicos de provimento efetivo do quadro de pessoal das administrações direta e indireta do Município, devendo tal reserva constar nos editais de concursos públicos. (NR) [\(Redação dada pela Lei Nº 5.128, de 25/04/2011.\)](#)~~

~~§ 1º Os planos de carreiras dos servidores devem definir as deficiências – prevendo grau e natureza – admissíveis para cada cargo ou emprego.~~

~~§ 2º Até que sejam alterados os planos previstos no parágrafo anterior, a definição deve ser feita por meio de ato administrativo.~~

~~§ 3º Os órgãos das administrações direta e indireta do Município devem aplicar provas especiais para o preenchimento das vagas reservadas no **caput**, utilizando-se de professores com habilitação em cada matéria examinada.~~

~~§ 4º Se o número de candidatos portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) aprovados for inferior ao das vagas a eles reservadas, devem as remanescentes ser ocupadas pelos demais concorrentes, obedecida a ordem de classificação.~~

~~§ 5º Os portadores de deficiência aprovados [\(Redação original\)](#) As pessoas com deficiência aprovadas [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) devem ser submetidos a avaliação da junta médico-pericial municipal, a quem incumbe emitir parecer fundamentado sobre a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo ou do emprego.~~

~~§ 6º Os portadores de deficiência [\(Redação original\)](#) As pessoas com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) devem ser avaliado(a)s, no exercício de suas atribuições segundo regras próprias definidas no plano de carreira dos servidores municipais.~~

~~§ 7º Até que seja prevista a avaliação constante no parágrafo anterior, devem ser utilizadas as mesmas regras para todos os servidores.~~

~~Art. 30. Fica o Executivo autorizado a reduzir para 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo da remuneração, a jornada de trabalho do servidor público municipal legalmente responsável por portador de deficiência [\(Redação original\)](#) pessoa com deficiência [\(Lei Nº 7.202, de 06/01/2023\)](#) em tratamento especializado.~~

~~§ 1º A redução da jornada depende de requerimento ao titular ou dirigente do órgão no qual estiver lotado o interessado.~~

~~§ 2º O requerimento deve ser instruído com certidão de nascimento do portador de deficiência ([Redação original](#)) da pessoa com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)), termo de tutela ou curatela e atestado médico comprobatório da deficiência.~~

~~§ 3º O requerimento deve ser enviado pelo titular ou dirigente do órgão, cabendo ao serviço médico a emissão de laudo conclusivo.~~

~~§ 4º A redução é concedida por 6 (seis) meses, sendo renovável por iguais períodos, observados os procedimentos previstos nos parágrafos anteriores.~~

~~§ 5º Serão consideradas, para fins de redução de carga horária descrita no **caput** deste artigo, pessoas com deficiência em tratamento especializado, independente do grau ou nível da deficiência. (AC) ([Redação dada pela Lei Municipal nº 7.467, de 8 de janeiro de 2024.](#))~~

~~Art. 30 A Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir de 30% (trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho do servidor público municipal com deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica especializada.~~

~~§ 1º A redução da jornada depende de requerimento ao titular ou dirigente do órgão no qual estiver lotado o interessado e será concedida:~~

~~I – sem prejuízo da remuneração do servidor;~~

~~II – independentemente de compensação de horário; e~~

~~III – para aplicação em todos os cargos efetivos ocupados pelo servidor com deficiência.”~~

~~§ 2º O requerimento deve ser instruído com atestado médico comprobatório da deficiência e que justifique a impossibilidade de cumprimento da jornada integral por parte do servidor interessado.~~

~~§ 3º O servidor interessado será submetido à reanálise por junta médica oficial para a emissão de laudo conclusivo, o qual atestará o percentual necessário da redução de jornada, nos termos do caput deste artigo.~~

~~§ 4º A redução será concedida por 6 (seis) meses, sendo renovável por iguais períodos, observados os procedimentos previstos nos parágrafos anteriores. (AC) ([Art. 30 A com redação dada pela Lei nº 7.888, de 18 de agosto de 2025](#)).~~

## **CAPÍTULO IX**

### **DA SAÚDE E DOS EXAMES PREVENTIVOS**

~~Art. 31. Os centros municipais de saúde devem realizar diagnósticos precoces de fenilcetonúria, de Hipotireoidismo congênito e de doenças congênitas causadoras de deficiências e outras distúrbios que, por meio de tratamento adequado, possam ser tratados ou atenuados.~~

~~§ 1º O diagnóstico precoce deve ser realizado no período compreendido entre 48 (quarenta e oito) horas do nascimento até os 2 (dois) meses de idade.~~

~~§ 2º— Deve ser oferecido pelo Município, com custos cobertos pelo Fundo Municipal de Saúde, o tratamento adequado das doenças diagnosticadas conforme previsto no parágrafo anterior, em instituições públicas ou privadas conveniadas, contratadas ou credenciadas.~~

## ~~CAPÍTULO X~~

### ~~DO ACESSO À INFORMAÇÃO~~

~~Art. 32.— As mensagens da publicidade de atos, programas, serviços e campanhas da administração pública direta, indireta e fundacional do Município veiculadas na televisão serão legendadas e terão tradução simultânea para a linguagem de sinais.~~

~~Art. 33.— Os Postos de atendimento e informações da administração pública direta e indireta deverão ter servidores capacitados a prestar seus serviços através da linguagem de sinais.~~

## ~~CAPÍTULO XI~~

### ~~DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~Art. 34.— O Poder Executivo destinará nos programas habitacionais, um percentual de 20% (vinte por cento) aos portadores de deficiência ([Redação original](#)) às pessoas com deficiência ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)), sejam em doação de lotes ou casas populares.~~

~~Art. 35.— A CAAPD ([Redação original](#)) CAAPCD ([Lei Nº 7.202, de 06/01/2023](#)) coordenará os serviços destinados a obtenção de benefícios junto à Seguridade Social, podendo-se utilizar de outros setores administrativos do Poder Executivo Municipal.~~

~~Art. 36.— O Poder Executivo regulamentará esta Lei em 120 (cento e vinte) dias, contados da sua publicação.~~

~~Art. 37.— Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Art. 38.— Revogam-se as disposições em contrário.~~

~~Prefeitura Municipal de Betim, 15 de janeiro de 2001.~~

Carlaile Jesus Pedrosa  
Prefeito Municipal